

3. Novos conceitos, velhos rumos

José Arthur Giannotti

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GIANNOTTI, JÁ. *Certa herança marxista* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-045-8. 3. Novos conceitos, velhos rumos, p. 60-94. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3. NOVOS CONCEITOS, VELHOS RUMOS

3.1. O concreto pensado

A dialética marxista monta notável maquinaria conceitual exprimindo como as relações do homem com a natureza ficam subordinadas à autonomia do processo de produção, valorização e distribuição do capital. Por sua vez, estuda como essa estrutura, dotada de movimento formal próprio, responsável tão- só pela captura do lado mais aparente dos fenômenos, determina modos pelos quais os agentes, no processo de criar e distribuir a riqueza social, se relacionam entre si e se individualizam, a fim de estarem preparados a desempenhar papéis previamente fixados. Aponta a determinação recíproca dessas relações sociais de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, num jogo de identidades e diferenças que terminaria numa contradição explosiva. Suas análises se desdobram em confronto com a Economia Política de seu tempo, aproveitando, sempre que possível, os passos da crítica especulativa hegeliana contra as ciências do entendimento. Procurando retomar esse mesmo caminho, examinei primeiramente a estrutura da troca e, logo mais, estudarei alguns aspectos da estrutura do capital, mas sempre tomando-as em si mesmas, como fato social dado, cuja apresentação todavia necessita ser gerada a partir de suas formas elementares. Desse modo, pesquiso os pressupostos de estruturas existentes em formação, em vez de situá-las a partir de uma trama pressuposta de relações sociais em geral ou de outras formas universais de sociabilidade. Trato de sublinhar o caráter *expressivo* muito peculiar dessas estruturas, para somente em seguida indagar os pressupostos históricos e presentes requeridos para seu funcionamento. Não é assim que Marx procede no *O capital*? Desse modo, evito a logomaquia idealista, que tenta resgatar as análises de Marx a partir de uma reflexão exterior, como se a maquinaria social do capital não se fundasse em si mesma. Mas preciso então enfrentar o desafio de mostrar como o jogo do racional e do irracional se desdobra no interior da própria dialética travada pelas relações capitalistas de produção com o desenvolvimento das forças produtivas, sem recorrer ao pressuposto de uma razão em geral. E, se defendo certa validade para o conceito de valor-trabalho, cabe-me examinar qual sentido ainda pode possuir na tentativa de desvendar esse jogo.

Sabemos que a Economia de hoje abandonou inteiramente o conceito de valor-trabalho. E não poderia deixar de ser de outro modo, pois ele, como veremos em seguida, havia esgotado sua capacidade de medir a riqueza social contemporânea, tornando-se assim inútil para todos aqueles que pretendem construir modelos reduzidos do que se mostra nos diversos mercados. Tendo como objetivo maior estruturar, medir, calcular e prever, o economista contemporâneo lança mão de outro conceito de valor, ligado à utilidade marginal de bens escassos, isso quando não abandona de vez a óptica da gênese e passa a operar exclusivamente com preços. Para ele o conceito de valor-trabalho pertence à história do pensamento econômico, a exemplo daquele de flogístico, mera curiosidade para a Química contemporânea. A Economia neoclássica inventa novas concepções de mercadoria, recorta nos comportamentos econômicos cotidianos aspectos muito diferentes daqueles focalizados pela antiga Economia Política. Particularmente porque o novo conceito se desenvolve a partir da ideia de uma *disponibilidade* de bens como se eles estivessem sendo leiloados, de sorte que a questão da troca se coloca *depois* da análise da preferência e da escolha à disposição dos agentes. Ao trabalhar com os parâmetros costumeiros da Ciência contemporânea, o economista naturalmente trata de resolver problemas propostos por uma economia de mercado e cuida assim, legitimamente, de selecionar os instrumentos analíticos que lhe convêm para resolver a contento a tarefa de articular um modelo reduzido dos fenômenos que lhe são *dados*.

No entanto, é preciso ter o cuidado de não generalizar indevidamente. Cumpra não extrapolar procedimentos, testados particularmente no terreno da Microeconomia, para outros domínios das ciências humanas, invocando a necessidade de encontrar explicações “em termos de ações individuais racionais e voltados para a realização de objetivos”, como costuma dizer uma multidão de autores. Antes dessa transposição, não seria conveniente perguntar se todas as formas de sociabilidade se constituem segundo os mesmos padrões de racionalidade e de realização de fins? Noutras palavras, os conceitos de ação com sentido e de racionalidade podem ser generalizados de tal maneira que se apliquem indiferentemente a qualquer esfera do real? Nada mais natural imaginar que uma teoria geral dos sentidos, a pergunta pelo sentido dos sentidos, associada a uma doutrina geral da razão, deva preparar os estudos das estruturas significativas particulares. Mas esse procedimento se baseia no pressuposto de que essas

estruturas particulares espelham de um modo ou de outro a mesma articulação da razão posta na sua universalidade, de tal modo que se passa do geral ao particular sem que essa passagem tenha efeito estruturante. Colocar em dúvida esse ponto não é a primeira tarefa de quem pretende refletir sobre a dialética?

Não me parece haver dificuldades em afirmar que, para Marx, os agentes econômicos estão desenvolvendo ações com sentido, desde que esse sentido seja constituído na própria trama das relações sociais em que estão inseridos, tornando-se, por isso mesmo, compreensíveis para aqueles que os tomam do ponto de vista do *conhecimento*. Sentidos são então categorias objetivas, “formas de modo de ser, determinações de existência” (G, 26; trad., 127) pelas quais os agentes se pautam, medem as forças produtivas que mobilizam. Mas, porque essas categorias, no modo de produção capitalista, estão ligadas à forma mercadoria, elas estão residindo de maneira direta ou indireta em produtos signos dos comportamentos que a elas se reportam. Acresce que esses produtos, que também são regras de comportamento, apresentam sentidos contraditórios. A identidade do dinheiro, por exemplo, se consolida tanto pela identidade da moeda em que ele se encarna como pela negação da massa de outras mercadorias com as quais ele se identifica. Separá-lo dessa sua identidade, que se processa pela identidade de suas diferenças, tomá-lo exclusivamente como signo associado a um objeto trocável, resolve por certo o problema daquele que pretende articular modelos descritivos do fluxo dos fenômenos econômicos. Mas esse procedimento dá conta da sua racionalidade?

Se do ponto de vista individual cada ação parece orientada ao fim que se propõe, do ponto de vista da categoria essa mesma ação fica determinada pelo processo objetivo de abstração que lhe dá origem. A gênese das categorias que dão sentido ao modo de produção capitalista, feita a partir da forma mercadoria, demarca os processos de atribuição de sentido aos comportamentos individuais. É pelas categorias que tais ações se socializam, pois nesse modo particular de produção toda sociabilidade posta é repostada por ele. A troca de mercadorias se caracteriza de imediato por abstrair qualquer forma de vínculo social que não dependa dela. Esse ponto é crucial. Estou tentando mostrar que a troca e a produção dessas mercadorias, assim como o movimento dos capitais, constituem um jogo de linguagem não verbal, pelo qual a ação dos indivíduos se socializa e se torna coletiva, assim como a riqueza social se produz de modo determinado.

Mas, se emprego o conceito de “jogo de linguagem”, isso não implica que estou aderindo à filosofia de Wittgenstein no seu conjunto, a não ser neste ponto importante: os signos possuem sentido segundo a forma pela qual se articulam entre si e se ligam a *atividades* discriminadoras, formando assim padrões que determinam comportamentos corretos e incorretos. Por isso, se a gramática do capital pressupõe formas de vida e induz modos de consciência e discursos legitimadores, tudo isso precisa ser analisado a partir do funcionamento autônomo desse jogo de linguagem não verbal. Em resumo, cumpre levar a sério o fetichismo do capital, cujo caráter sensível e suprassensível, racionalizante e irracional, se evidencia conforme o processo se desdobra. Desse modo, a forma de sociabilidade posta pelo capital é estudada por si mesma, não derivando de nenhuma outra que pudesse desvendar seu sentido oculto. O que nela está oculto há de emergir das fissuras de sua própria aparência. Se é preciso conhecer a essência do capital, pensar a essência de um fenômeno além de suas aparências, não é por isso que essa essência se resolveria na trama de expressões pelas quais os agentes tanto se determinam como medem, conseqüentemente pensam, porquanto esse pensamento está ligado a transformações das forças produtivas mobilizadas.

Dessa perspectiva pretendo salientar o que me parece ser uma das contribuições mais importantes de Marx para o entendimento das relações sociais de produção. Vimos, por exemplo, como, no modo de produção simples de mercadorias, os múltiplos trabalhos individuais se tornam coletivos conforme se ajustam à medida do valor-trabalho, a um equivalente geral expresso pelo dinheiro e que, realizando-se ao satisfazer uma demanda efetiva, dá medida aos atos efetuados singularmente. O valor é regra de socialização dos agentes por meio da universalização de processos de trabalho individuais, impondo a essas atividades vivas o parâmetro do trabalho morto, que uma sociedade está disposta a consumir para sua reprodução. Por esse meio impõe sentido coletivo a cada ato de trabalho à medida que o situa no quadro do sistema produtivo em geral. Em suma, a gramática das mercadorias e, posteriormente, a gramática do capital configuram as matrizes pelas quais os atos individuais de produção, distribuição, troca e consumo se tornam sociais e coletivos. Sob esse aspecto, a relação social não é entendida como processo pelo qual o sujeito persegue um objetivo, nem mesmo como interação apenas mediada por signos, pois esses signos estão dotados de referências mútuas que determinam os comportamentos.

No entanto, em vez de continuar a examinar essas questões, que serão retomadas mais tarde, convém ainda notar que esse processo de conferir sentido e de socialização não está presente nos primeiros textos de Marx. Nessa altura, as relações sociais de produção são concebidas predominantemente da óptica da circulação, como intercâmbio (*Verkehr*) que media seres humanos e natureza, cuja *forma*, porém, não aparece dotada de movimento próprio. Antes de Marx conceber seu próprio conceito de capital, sua dialética seguia de longe as pegadas da *Fenomenologia do Espírito*. Se esse intercâmbio não está dotado de uma gramática própria, se não constitui sistema de regras capaz de *constituir* relações de alteridade por meio da produção e reprodução de produtos, ele precisa então se apresentar mediando o ser social tomado como pressuposto geral da atividade humana, entendido como ser-genérico (*Gattungswesen*) que, posto em xeque pela divisão social do trabalho, constituirá o êmbolo capaz de unificar essa dispersão e recuperar seu lado coletivo, negado por ela. Desse ponto de vista, ainda predominante n' *A ideologia alemã*, o processo de socialização das ações individuais, se resulta de um movimento histórico de diferenciação, configura aquela matriz diferenciada cujo lado ativo é dado pela divisão do trabalho e cujo lado passivo é definido por relações de propriedade: “Divisão de trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade” (*DI*, 3, 32; trad., 46). Desse modo, no pensamento do jovem Marx, é a universalidade do ser-genérico do homem que garante a coletivização dos interesses singulares. Se essa “atividade está dividida involuntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem se converte em poder estranho e que a ele se opõe, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado” (*DI*, 3, 33; trad., 47). O universal alienado, mantendo-se natural e involuntário, desempenha o papel de força estruturante e socializante que será mais tarde, na obra madura, ocupado pelo movimento categorial do sistema.

No entanto, convém não perder de vista que Marx, embora aceite que as contradições tenham sentido, nunca se propôs a estudar como isso pode ser possível, porquanto para ele *existem* contradições na realidade, de sorte que o discurso pode falar delas precisamente porque existem da óptica da não identidade. Já que existem, nossa tarefa é *conhecê-las*. Frisarei, no próximo capítulo, que as categorias do modo de produção capitalista são formas de pensar, conseqüentemente formas discursivas, mas não é por isso

que pensamento e realidade se identificam, como se todo ser fosse racional e vice-versa. Ao tratar de fazer Ciência, embora a seu modo, Marx sublinha a diferença ente o “concreto espiritual” (*geistiges Konkret*) (G, 22) da teoria e o concreto tal como ele é e permanece sendo, a despeito de todo esforço de teorização. Pensa esse esforço em termos de uma apropriação, que *produz* seu resultado de verdade, de modo *diferente*, entretanto, das outras apropriações efetuadas pela consciência. A apropriação efetuada pela arte, por exemplo, não possui esse conteúdo de verdade. Se a arte grega lida com conceitos inspirados, por exemplo, na forja de Vulcano – que parece um brinquedo quando comparado à siderurgia moderna –, o material com que trabalha não é apropriado segundo as regras do conhecimento, mas por meio de uma mitologia que, a despeito de sua limitação histórica ligada à natureza dos conteúdos disponíveis, “sobrepuxa, domina e modela as forças da natureza na imaginação e pela imaginação, desaparecendo, portanto, quando essas forças são efetivamente dominadas” (G, 30; trad., 130, modificada). Em resumo, as regras de apropriação da imaginação não são as mesmas do pensamento teórico, pois as primeiras exploram um universo mítico em que os obstáculos são imaginariamente sobrepujados, sem contestar seu caráter de dado; enquanto as segundas capturam as maneiras pelas quais forças naturais e sociais estão de fato, na *verdade*, sendo constituídas por si mesmas. Se Marx concebe a consciência teórica e a consciência artística sob o mesmo paradigma da produção coletiva, não é por isso que a transposição do material para o cérebro humano segue as mesmas regras nas ciências e nas artes. E o que importa é a especificidade dessas regras, que não são regras do pensamento ou da imaginação em geral, mas se conformam e ganham sentido junto dos conteúdos apropriados.

Atentemos para o modo como o concreto é transposto *teoricamente* para o cérebro. Um elemento relativamente simples do real é capturado pelo pensamento; a representação mental e linguística vem a ser signo dele. No início da investigação, o analista começa abstraindo partes de seu material, procura acompanhar seus respectivos desenvolvimentos, articulando-os num todo. “Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real [*wirklich*]. Caso se consiga isso, e espelhada agora, idealmente, a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*” (K, I, 23, 27; trad., 20). Isso porque, não sendo possível uma apresentação geral dos resultados, pois estes só possuem sentido no final do movimento, a apresentação sempre vai

do particular para o geral (*Zur Kr.*, 3,7; trad., 134), construindo o edifício passo a passo com as pedras de pensamento. Cumpre, porém, distinguir o movimento de reposição categorial do capital, como totalidade de partes que se repõem a si mesmas, da geração no tempo de uma formação social capitalista graças à confluência de diversas forças que, se dão o empurrão da partida, não são mais repostas pelo movimento reflexionante do todo. É de notar que uma formação social não possui massa, cabendo à reflexão do todo a responsabilidade por sua duração. Por isso a apresentação do desenvolvimento das categorias parece construção *a priori*, promovendo a ilusão de que o pensamento cria o real. Mas importa que a abstração operada pela atividade do pensar termine por expor a atividade de abstrair pela qual o próprio objeto do pensamento é efetivamente constituído como entidade social.

O valor de troca, por exemplo, é isolado pelo trabalho intelectual do investigador como parte simples da realidade, ele existe junto a uma população e a outros processos sociais, na qualidade de parte do real e objeto de pensamento, representação que se refere ao objeto conforme ele possui essa população e esses processos como pressupostos de sua existência. Mas as relações entre as partes e o todo do objeto pensado devem ser idênticas às relações das partes com o todo do objeto real, pois o pensamento está sendo estruturado para ser verdadeiro, conhecimento, ciência, antes de servir simplesmente para nosso mútuo entendimento. E nesse nível em que é posto o elemento pode vir a ser parte simples de um complexo que não depende da parte para sua própria reposição. Isso acontece com o valor de troca nos modos de produção antigo e feudal, quando ela apenas circula por seus poros. O simples pode ainda constituir parte abstrata de um sistema mais complexo, que não se repõe sem ele, embora não esteja dominado por ele. Essa autoposição só ocorre no modo de produção capitalista, no qual a troca mercantil fica subordinada ao processo de criação de mais-valor. Além do mais, se o movimento de apresentação das categorias vai do particular ao geral e do simples ao complexo, não é por isso que se torna impossível reconhecer categorias complexas e mais desenvolvidas em sistemas de produção relativamente simples. Não houve no Peru uma divisão do trabalho muito desenvolvida, baseada na cooperação? Em resumo, o processo de reposição do todo situa seus elementos simples de modo diferente, conforme eles sejam ou não dominantes, determinantes de seu movimento de reposição – e o pensamento deve seguir essa estruturação do real. A dominância de uma

categoria exprime, pois, objetivamente e no pensamento do pesquisador, a predominância de certa atividade no conjunto de outras atividades sociais. Se na verdade a apresentação do desenvolvimento categorial vai do simples para o complexo, do abstrato para o concreto, não é por isso que o simples e abstrato num modo de produção é simples e abstrato em todos os outros (cf. G, 21 ss.; trad., 122 ss.). Noutras palavras, se as relações sociais de produção constituem jogos de linguagem não verbais, a simplicidade e o sentido de seus elementos determinam-se pelo conjunto de suas articulações, de sorte que é preciso atentar para as torções de sentido pelas quais os conceitos passam ao serem transladados de um jogo para outro, à medida que se imbricam para exprimir a verdade, permitindo a reflexão do todo. Para Marx, assim como para Hegel ou Wittgenstein, os elos que os conceitos tramam entre si dependem da possibilidade da verdade que eles manifestam. Exatamente ao contrário, portanto, de Husserl ou Habermas, para os quais uma teoria da significação, a gramática pura, precede a teoria da verdade. Para Hegel a gramática se confunde com a Lógica, na medida em que exprime a verdade do Absoluto, resolvendo-se o real efetivo no discurso racional desse mesmo Absoluto. Em contrapartida, Marx sublinha a diferença entre objeto real e objeto de pensamento, pois o primeiro, a despeito de armar-se a partir de formas de pensar, também implica transformar efetivamente a natureza, de sorte que o próprio objeto de pensamento somente pode mostrar sua gramática à medida que vai expondo as abstrações pelas quais os agentes, de um lado, transformam seus produtos em signos de suas relações sociais, de outro, deixam escapar atividades e forças naturais que a abstração não soube e não pôde captar. Embora o objeto mítico, cuja essência profunda essa gramática desvende, apareça como se fosse absoluto.

3.2. A ponderação weberiana

A ideologia alemã somente apareceu em 1932, mas já os textos publicados nos Anais Franco-Alemães lidam com essa ideia de um universal estruturante e alienado, diferente do conceito acabado de capital, responsabilizando-se pela socialização das atividades individuais. Até que ponto esses escritos alimentaram a sociologia dos neokantianos, não saberia dizê-lo, mas é interessante observar certas semelhanças estruturais entre eles e o que escreveram autores que procuraram ler Marx a partir da sociologia compreensiva. Não é por meio de um universal prático que o

próprio Max Weber faz com que os interesses se tornem coletivos e se liguem a imagens do mundo?

São os interesses [...] não as ideias que dominam de imediato a atividade dos homens. Mas as “imagens do mundo”, que são engendradas pelas “ideias”, muitas vezes desempenharam o papel de agulha para determinar as vias pelas quais a dinâmica de interesses impulsiona a ação [Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, I, 252].

Essa ideia de imagem do mundo, por certo problemática para o próprio Weber, nos indica uma matriz de identidade *representada* que, se não podemos agora estudá-la em toda sua complexidade, nos serve para lembrar que os conceitos de razão por ele utilizados mantêm no horizonte uma articulação de fins *fixada, diante* da variação dos meios a que ela dá margem. Esse procedimento, *mutat is mutandis*, será traduzido a seu modo por autores da Escola de Frankfurt, abrindo então caminho para toda sorte de logomaquia. Daí o interesse de apanhar essa ideia no momento em que surge no pensamento de Max Weber. Impossível examinar aqui todos os meandros desse pensamento, cuja riqueza nunca será esgotada. Mas esboçar um flagrante dele, embora beire à caricatura, salienta a originalidade do caminho percorrido por Marx. Não é isso o que nos importa?

Lembremos que, desse ponto de vista, toda ação social possui um sentido apreendido por uma espécie de intuição intelectual, por uma evidência, que pode ser de caráter racional ou meramente afetiva, receptivo-artística (*Wirtschaft und Gesellschaft*, Studienausgabe, Colônia/Berlim, Kiepenheuer & Witsch, 1956, I, II, § 2, 17 [WG]; trad. espanhola, *Economía y Sociedad*, I, 4-5, Fondo de Cultura Económica, 1944). Note-se que esse sentido da ação social sempre implica captar uma referência subjetiva a algo, mentado realmente nas ações particulares ou na média delas, de modo aproximado. Por isso é possível, por exemplo, falar no sentido da ação de um grupo de pessoas. Ainda essa compreensão pode remeter a um sentido construído cientificamente graças à conformação de um tipo ideal. Mas também aqui a variação dos exemplos, para que se abstraia a identidade do tipo, reporta-se a um sentido *representado*, posto como referência para a análise do investigador. Por certo, esse sentido sempre remete à ação de outros, seja a indivíduos, seja a um grupo indeterminado. “Dinheiro”, por exemplo, significa um *bem* que o agente adquire porque espera que muitos outros estejam dispostos a aceitá-lo (WG,

I, II, § 6,53; trad., I, 20). Mas também nesse caso a multiplicidade está sempre representada, desprovida de qualquer reflexão interna. Cumpre ainda lembrar que a ação é “economicamente orientada” quando “seu sentido subjetivo está orientado pelo desejo de obter certas utilidades”. Esse recurso a um tipo particular de sentido, um bem, dispensa explicitamente os conceitos de valor-trabalho e de valor marginal. Isso porque o sentido que marca a atividade econômica, assim como todas as outras dirigidas a objetivos, implica a *ponderação* de meios e fins que ambigualmente – não se cansam de salientar os comentaristas – tanto realiza a ação do ponto de vista social como a torna compreensível do ponto de vista da Ciência contemporânea, toda ela imbuída dessa forma de racionalidade.

Atua racionalmente em vista a fins aquele que orienta sua ação pelo fim, pelos meios e pelas consequências implicadas nela, e para isso pondera [*abwägt*] racionalmente os meios com os fins, os fins com as consequências implicadas e os diferentes fins possíveis entre si; em todo caso ele não está atuando quer afetivamente (emotivamente, em particular), quer em vista da tradição [*WG*, § 2, 4, 13; trad., I, 24].

Toda a dificuldade, assim me parece, reside nessa referência ao processo de ponderar. Costuma-se, com o apoio do livro terceiro da *Ética Nicomaquéia*, atribuir a Aristóteles a tese de que a deliberação sempre diria respeito apenas aos meios. Sendo postos os fins é que cabe examinar assim aqueles meios pelos quais os objetivos podem ser realizados no mundo afetado pela contingência (*Ética Nicomaquéia*, III, 3, 1112 b 26 ss. [EN]). A análise seria sempre regressiva, pois a variação dos fins não obedece aos mesmos incidentes impostos pelo mundo sublunar. No entanto, os comentaristas contemporâneos sublinham passagens do livro sexto nos quais cabe a uma percepção (*aísthesis*) particular o papel de apreender no caso o universal por meio de um procedimento implicando a ponderação do pensamento:

E, que a sabedoria prática [*phrónesis*] não é ciência [*epistémé*], é evidente, já que lida com o particular, como foi dito, pois desse tipo é aquilo que é feito [*tò praktón*]. Opõe-se, então, ao intelecto [*noûs*], visto que o intelecto lida com definições das quais não há demonstração [*lógos*], enquanto a sabedoria prática lida com o particular, do qual não há ciência, mas apenas percepção [*aísthesis*] – não a [percepção] dos sensíveis próprios, mas aquela pela qual percebemos algo particular; nas matemáticas, é um triângulo, pois paramos ali. Mas essa [percepção do particular como triângulo] é

mais percepção do que sabedoria prática, embora sua espécie seja diferente [EN, VI, 9, 1042 a 23-30, trad. Alonzo Muñoz].

Daí, quando se decide sobre o equitativo, a importância de parâmetros indefinidos, de uma estranha forma de medida: “De fato esta é a razão por que nem tudo é determinado pela lei e ordenações especiais se tornam muitas vezes necessárias. Pois o indefinido em si mesmo só pode ser medido por um cânone indefinido, como aquele cânone de chumbo usado pelos construtores de Lesbos” (EN, V, 10, 1137 b 27-32).

Para apreender em cada caso o tipo, Aristóteles lembra a necessidade de empregar parâmetros maleáveis, como aquela vareta de chumbo que prefigura o oco e serve para escolher a pedra que vai lhe ser mais adequada. Como, porém, determinar o campo dessa maleabilidade?

Voltemos a Weber. Ao recusar a diferença entre fenômeno e númeno, mediante a qual Kant ainda podia distinguir o fim posto na natureza e o escopo moral, Weber, seguindo os neokantianos, pode variar no mesmo plano, meios e fins, mas necessita então recorrer a um aprendizado da ponderação no curso do tempo. É nesse nível que as dificuldades se armam e apontam para soluções. Na história, esse padrão se configura conforme as civilizações vão sendo atravessadas por atividades racionais em vista de seus fins; nas ciências, conforme progride a explicação baseada em tipos ideais, construções significativas a demarcar o campo da análise causal. A ação social tradicional ou afetiva se determina por sentidos que se impõem como costume enraizado ou estados de alma atuantes. Mas já se torna racional em relação a valores quando os meios para atingi-los passam a ser sopesados. Somente, entretanto, chega a ser racional com respeito a seus fins quando também estes são igualmente avaliados. Mas esse processo de abstrair funciona como um compasso que precisa fixar uma ponta para que a outra possa mover-se. Ora, essa avaliação se faz tanto pelos atores como pelos cientistas, de sorte que estes formulam regras que estão sendo seguidas por aqueles. É a mesma, porém, a prática científica e a prática social? A construção do tipo ideal daquele agente racional em relação a seus fins é ambígua. Em certos textos, Weber insiste numa solução de continuidade entre o tipo, conceito heurístico para compreender a ação social, e o comportamento racional do ator; noutros é como se existisse um fio vermelho ligando os dois lados, pois a mesma forma de racionalidade, embora diversamente clara, opera entre eles. Com efeito, o cientista

somente pode construir o tipo da ação racional em relação a fins, vale dizer, ponderadora de meios e fins, se estiver ligado à herança ocidental que se configura por excelência na ética protestante da convicção. A elaboração dos tipos ideais, a formulação de hipóteses e “o sólido esqueleto da imputação causal” configuram condições de validade para as ciências em geral, de sorte que “é verdade científica somente a que *quer* valer para todos aqueles que *querem* a verdade” (*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 184). Por isso toda ação dotada de sentido é *potencialmente* racional (cf. Colliot-Thélène, *Marx Weber e a história*, São Paulo, Brasiliense, 1995, 112 ss.).

No entanto, se a racionalidade é progressiva, para Weber ela nunca pode deixar de ser situada. Até quando consegue avançar a ponderação dos fins? Se a racionalidade do pesquisador depende da racionalização de sua imagem do mundo, se esta, por sua vez, está ligada à ética protestante da convicção, sua racionalidade simplesmente não vem a ser a racionalização de uma conduta de vida irracional? Esta, conforme nos informa Habermas (*Theorie des kommunikativen Handelns*, 1, 260, Suhrkamp, 1981), é a objeção feita por L. Brentano. A ela Weber responde:

É de fato assim. “Irracional” não é sempre algo em si, mas a partir de determinado ponto de vista “racional”. Para os irreligiosos toda conduta de vida religiosa é “irracional”, o mesmo valendo para o hedonista em relação à vida ascética, embora, medida por seu valor *último*, [essa conduta] possa também ser uma “racionalização”. Se este ensaio [sobre o espírito do capitalismo] contribui para algo, será para desvendar as múltiplas facetas do conceito de “racional”, um conceito que não é unívoco a não ser na aparência [Weber, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, 1, 35, n. 1].

Habermas não aceita essa resposta, pois Brentano contesta a consistência *interna* de uma forma devida, considerada por Weber a figura exemplar daquela forma que, incorporando aspectos básicos da racionalidade prática, continua, porém, exprimindo uma especificidade cultural. Se essa razão posta pela ética da convicção comporta traços irracionais situados no mesmo nível em que a análise opera, então a *contradição* somente se soluciona quando é estabelecido o caráter parcial dessa figura histórica da racionalidade ética. Como sempre, Habermas constrói a contradição impondo a Weber sua concepção de universal e de significação. Se a ação comunicativa serve de paradigma universal para o

resto das ações com sentido, segue-se que qualquer ação racional em relação a fins, cuja ponderação dos fins esbarra num valor imponderável, se torna irremediavelmente parcial. Não haveria, porém, outro modo de constituição da universalidade? O relacionamento do pesquisador com sua imagem do mundo não é causal, esta lhe apresenta um horizonte de possibilidades que ele mesmo deve fazer avançar. O que é feito graças à experiência de mudar os pontos de vista a partir dos quais a racionalidade dos meios e dos fins parciais é ponderada; em suma, quando se aprende a mudar de pontos de vista e essa técnica fica à mão. Caso se pretenda dar assentamento sociológico a essa variação, como fez Karl Mannheim, atribui-se ao grupo social dos intelectuais a capacidade de assumir esse ponto de vista universalizante, a partir do qual o universo se desvela. Mas o pensamento situado, perspectivado, não pode encontrar outra espécie de universalidade que não necessite pressupor uma medida determinante válida para todas as situações? Não é o que pretendem filósofos de tradições tão diferentes como Merleau-Ponty, explorando a crise da fenomenologia, e Wittgenstein, ao ir além da filosofia analítica? Mas ambos precisaram colocar em xeque essa própria ideia de limite, procurando o universal no processo de reposição de sistemas de regras que se voltam umas para as outras. Seguindo por esse caminho, procurarei mostrar que, para Marx, o jogo da razão e da irrazão vai ser tecido no próprio desdobramento dos conceitos contraditórios que travam o modo de produção capitalista.

3.3. Crítica da racionalidade instrumental

Não sendo possível examinar o problema da racionalidade econômica em seus múltiplos aspectos, só nos resta, com o intuito de sublinhar as peculiaridades do tratamento que Marx dá a essa questão, tomar ao menos dois exemplos e tirar deles as lições cabíveis. Sem nenhuma pretensão de generalizar, o contraste marcará as diferenças.

No seu conhecido *A course in microeconomic theory* (Harvester Wheatsheaf, 1990), David Kreps trata de providenciar um modelo do *comportamento* do consumidor, no qual o agente faz uma *escolha* no contexto de opções viáveis. Imagina um indivíduo consumindo dois bens, digamos, vinho e cerveja, especificados respectivamente em garrafas e latas. Além disso, que ele tenha mil reais para gastar, sendo que o preço da

cerveja é um real por lata e o do vinho dez reais por garrafa. Isso significa que pode *comprar* qualquer combinação de vinho e cerveja conforme suas curvas de preferência e seu patrimônio inicial (Kreps, 17). Arma, do ponto de vista lógico, podemos assim dizer, um jogo de linguagem, articulando conceitos relativamente simples como “consumidor”, “comportamento”, “dinheiro”, “vinho”, “cerveja”, “garrafa” e “lata”; esses últimos objetos vão ser postos em equações, e os agentes, definidos por suas atividades. Se um modelo explora as relações possíveis entre tais conceitos tendo em vista a realidade a que se referem, sua análise lógica tanto descreve as regras desse jogo como pergunta pelas condições necessárias para que venha a ser praticado, vale dizer, por seus meios de apresentação. Ora, todos esses conceitos fazem parte de outros jogos de linguagem pressupostos para a montagem da representação da demanda do consumidor. E dentre eles reside uma forma de exprimir mercadorias em dinheiro. Os preços são dados antes que se indague pelo tipo de atividade, de trabalho necessário para que o objeto volte a tornar-se disponível. Para Kreps esse é um recurso da análise, que se restringe a focalizar apenas a proporcionalidade dos bens que determinam a escolha. Como, porém, não se segue uma regra sozinho, o comportamento do consumidor é caso dum sistema de regras, algumas das quais têm como condição que o dinheiro possa efetivamente comprar *reiteradamente* garrafas de vinho e latas de cerveja e que, se o consumidor comprar cem latas de cerveja, então somente poderá comprar noventa garrafas de vinho, e assim por diante. Daí estar requerendo que 100 latas de cerveja + 90 garrafas de vinho = R\$ 1000,00, o que dá a equação 10 latas de cerveja = 1 garrafa de vinho. Essa proporção entre vinho e cerveja é um dado para o consumidor e para Kreps, e sua origem pode legitimamente ser deixada na sombra. Suponhamos ainda que a escolha se refira agora a garrafas de vinho, latas de cerveja e maços de cigarro. Outra proporção seria dada para o comprador e para a racionalidade fixada com base nela em relação aos três bens disponíveis. Estar-se-ia diante da mesma racionalidade, desde que não se pergunte pela racionalidade da escolha além dos limites propostos pela disponibilidade dos bens referidos. No entanto, mesmo do ponto de vista do consumidor, seria válido indagar se essa proporção seria racional da perspectiva de sua saúde. Mas, para o bom entendimento das regras do mercado, essa nova racionalidade deve ser deixada na sombra.

Até quando, porém, tem cabimento abstrair outras racionalidades? Mesmo da perspectiva da disponibilidade dos bens vale perguntar se essa

escolha não está interferindo no modo como a proporção dada se reitera, vale dizer, do ponto de vista da produção dos objetos. Se a teoria racional focaliza notadamente o modo da escolha, já que o agente *deve* maximizar suas preferências, não é por isso que se há de descartar qualquer outra forma de racionalidade que – estando pressuposta na reiteração da equação que relaciona, nesse mercado, vinhos e cervejas – se imponha para o estudo da reiteração do processo. Não é o que acontece quando se indaga pela necessidade “social” de tais *produtos*? Mas agora a racionalidade não se reporta tão-só à presença dos bens no mercado, começa a dizer respeito a seu processo produtivo. Mas, se um procedimento de abstração se justifica na medida em que faz ressaltar as características de um mercado no qual os bens estão disponíveis, não é por isso que se pode transladar o tipo de racionalidade atinente a bens disponíveis para o tipo de racionalidade do sistema produtivo como um todo, como se ambos operassem da mesma forma se o fim da escolha fosse tanto trocar bens por dinheiro como trocar dinheiro para produzir bens. Não é o que acontece, porém, quando se examinam a compra e a produção como se fossem duas esferas independentes? No fundo, Kreps opera sob o pressuposto de que a racionalidade da escolha implícita numa curva de preferências opera tanto na troca em geral como na troca de bens produzidos pelos próprios agentes.

Por certo Kreps reconhece a importância de estudar *o quadro institucional (institutional framework)* em que se inscrevem as ações do consumidor e do produtor. Para os agentes econômicos não é o *mercado* a instituição principal? Somente desse modo seria possível ter uma ideia mais precisa a respeito das conexões entre as escolhas de alguns indivíduos, as opções disponíveis para outros e as consequências resultantes, sobretudo para dar continuidade ao jogo. *Grosso modo* é possível comparar esse mecanismo com um leilão em que as pessoas fazem suas ofertas num envelope fechado, vencendo aquele cuja oferta for maior (Kreps, 5). Não se trata, portanto, simplesmente de relacionar um conjunto de bens a um conjunto de números racionais, representando os preços, mas de representar as escalas de preferência e, sobretudo as curvas em que uma escolha se torna indiferente em relação a outras, de tal modo que tais relações de preferência possam ser expressas numericamente. Mas ao considerar a proporcionalidade dada operando entre os objetos disponíveis em vista tanto da compra como da venda, não faz Kreps uma abstração que, sendo válida para a construção do modelo teórico, deixa na sombra outras formas

de racionalidade que podem estar operando na formação desses preços? Em suma, sem uma análise precisa da constituição do mecanismo de preços, análise que vai além do âmbito da microeconomia, a teoria projetada sobre a diversidade dos comportamentos uma única forma de racionalidade.

Para melhor compreender essa imagem do leilão convém examinar rapidamente como Kreps apresenta o célebre conceito de equilíbrio elaborado por Walras. O pressuposto inicial é que os consumidores, pretendendo trocar os lotes que trazem ao mercado para depois consumir, conhecem a situação de *todos* os bens considerados simultaneamente, sendo que a preferência de cada um é independente do que os outros consomem (Kreps, 151, 187). Cada um lida com uma escala de preferências e alternativas, numericamente expressas, de modo a poder selecionar, no interior do conjunto X de resultados (*outcomes*), o lote que prefere. Obviamente quase sempre esse máximo não se realiza, mas importa que dois resultados x e x' , representando vetores de bens possíveis, possam ser comparados segundo suas funções de utilidade. O resultado abstrato é o famoso ótimo de Pareto. As trocas e o equilíbrio de preços se articulam obviamente num plano mais concreto, pois, em vez dos resultados gerais perseguidos, a análise parte de um mundo povoado por I consumidores i_n que vão consumir k_n conjunto total K de mercadorias. Como cada consumidor não quer consumir a totalidade de sua própria cesta, trata de trocar alguns itens dela. Mas o equilíbrio das trocas a ser logrado, chamado walrasiano, sempre resulta numa alocação do produto social segundo o ótimo de Pareto. Este se define, com efeito, como aquele equilíbrio, operando numa economia de trocas puras, capaz de resolver dois problemas dos consumidores. Primeiro, o equilíbrio maximiza a função utilidade da cesta x , de tal maneira que essa cesta pertença ao conjunto do produto total, e seu preço seja inferior ou igual àquela parte da riqueza apropriada no início. Segundo, a soma das cestas resultantes da troca pertencentes a cada consumidor é inferior ou igual à soma das cestas iniciais deles (Kreps, 190).

Em que situações, pergunta Kreps, vale esse equilíbrio walrasiano? Os pressupostos são muito fortes e distantes da lábil realidade do mercado: 1) cada consumidor deve conhecer todos os preços de cada bem; 2) deve ser capaz de comprar ou vender, a qualquer momento, na quantidade que lhe aprouver, sendo dados os preços; 3) deve sempre ser racional em relação às suas preferências; 4) nem ele nem o analista levam em consideração como os bens foram produzidos. No fundo, trata-se de uma economia de mercado,

na qual cada bem está associado a um preço, quando também importa, de uma óptica marxista, explicar como esses bens possuem preços relativos uns em relação aos outros, em vista de como são produzidos. E Kreps conclui que o “equilíbrio walrasiano é um conceito-solução de *forma reduzida* (reduced form *solution concept*), descrevendo o que se imagina que resultará de algum processo subjacente e não modelado” (Kreps, 195). Parece natural, continua ele, acreditar que esse conceito se aproxime da realidade se mudarmos suas condições de funcionamento, imaginando situações mais concretas em que os consumidores estariam de fato inseridos. E a literatura tem feito isso sistemática e continuamente. Mas o que o leva a aceitar o conceito, a despeito de seu caráter abstrato e de suas insuficiências empíricas, é que estas decrescem quando se considera a maneira como os consumidores aprendem a lidar com tais situações de equilíbrio:

Os resultados obtidos são frequentemente surpreendentes, ao sustentar o equilíbrio walrasiano. Aos atores não se passam os dados necessários para calcular *a priori* o que o equilíbrio de preços “deve” ser. Desse modo, nos primeiros tempos de operação do mercado, algumas trocas são feitas muito distantes do equilíbrio teórico. Mas, se o mercado é retomado (recursos iniciais restaurados), os atores normalmente aprendem muito depressa qual será o preço do bem que o mercado determinará, e eles trocam de forma muito próxima àquela que a teoria prediz [Kreps, 198].

Essa passagem é notável ao marcar uma oscilação entre o caráter descritivo do modelo e sua dimensão normativa e constitutiva, traço que Gilles-Gaston Granger, no seu lúcido livro *Méthodologie économique*, não deixa de sublinhar como uma das marcas da racionalidade econômica. Um modelo científico em geral pretende ser meramente descritivo, não diz como as pessoas *devem* operar. Mas nem sempre é possível fazer essa distinção de modo claro quando se trata de comportamentos humanos, já que os homens muitas vezes pensam no que fazem e agem segundo pensam o que devem fazer. Essa dificuldade parece afetar particularmente a teoria econômica, cujos conceitos se situam em diferentes níveis de concretude. Além disso, hoje em dia novas técnicas matemáticas, particularmente a teoria dos jogos, permitem construir modelos muito mais próximos da realidade; acaso, mudanças de preferência, esferas limitadas de racionalidade, comportamentos irracionais são contornados e tratados cientificamente. Em particular, as teorias mais modernas dão ênfase

especial a situações de desequilíbrio. Mas cabe sempre lembrar que um modelo abstrato, mais do que retrato de parte do real, serve de ponto de referência para que se avaliem e se meçam os desvios entre os conceitos e a experiência. Em suma, um manual como o de Kreps oscila entre conceitos descritivos e constitutivos, e isso é muito importante quando se indaga pela racionalidade do sistema conceitual elaborado.

É evidente que a análise combina o estudo do comportamento individual com seu contexto institucional e estrutural. Não é nessa oposição que alguma crítica pode ser ancorada, de sorte que não tem cabimento algum imaginar que a diferença crucial entre Marx e os neoclássicos se situe nesse nível. A crítica do “individualismo metodológico” é em geral tão ideológica quanto o modelo criticado. Como já vimos, se Marx parte da análise da forma mercadoria, tomada na qualidade de uma estrutura, de conceito existente, não é por isso que essa forma deixa de ser padrão de comportamentos individuais. Toda a questão me parece residir na diferença radical do tratamento da relação entre a regra e o caso, vale dizer, na maneira de propor a própria questão da racionalidade do comportamento individual e coletivo. Ao fim e ao cabo se indaga pelo sentido da estrutura existente em função de uma crítica científica muito peculiar.

O resumo de algumas páginas de Kreps, que acabamos de fazer, já dá margem para alguma reflexão. O sistema assume conscientemente pressupostos muito fortes, bem distantes, como o próprio autor reconhece, da realidade do mercado; pressupostos em geral implicando *totalidades* de conhecimentos ou de ações que, se não descrevem propriamente o real, servem de parâmetros para sua compreensão ou para apontar desvios em relação a eles. Que sentido possui essa totalização?

O modelo lida com a abstração de que cada agente conhece a situação de *todos* os bens considerados simultaneamente. Nada há a dizer contra a legitimidade de tal procedimento. Qual é, porém, seu *sentido*? Ao passar para o *limite* daquilo que cada um conhece parcialmente é como se todos tivessem conhecimento de uma situação a que um olho integralizador e divino teria acesso; vale dizer, a integração no todo se faz sem o exercício de qualquer atividade. Se essa visão serve de parâmetro para medir como os agentes agem racionalmente, aproximando-se ou afastando-se dele, não há dúvida de que assim se obtêm dados importantes para o conhecimento da realidade, o que abre caminho para uma intervenção mais eficaz. Daí não se

segue, entretanto, que o comportamento racional do agente seja tão-só aproximar-se do padrão. O recurso ao ótimo de Pareto exemplifica um processo de racionalização que, depois de ter sido descoberto por Leibniz (*De rerum originatione radiale*, Gerhardt, VII, 79), serve como uma luva para a matemática aplicada: a noção de ótimo permite interpretar a deliberação e a escolha segundo uma lei de determinação máxima, o máximo de efeito correspondendo a um mínimo de despesa. Graças a esse novo instrumento matemático, é possível substituir a antiga noção aristotélica de prudência – segundo a qual a deliberação nunca pode ser posta em relação a um limite ideal totalizante, porquanto *sempre* há de lidar com as contingências do mundo sublunar (cf. Aubenque, *La prudence chez Aristote*, Paris, PUF, 1993, 110) – por um processo de escolha que opera exclusivamente como se fosse uma combinatória de elementos dados. Por trás desse procedimento abstrato de chegar ao todo, desconsiderando os passos intermediários incidentais, não reside a ideia de um deus calculador, vale dizer, de uma prática que não estipula suas condições de existência? Ora, aqui está precisamente o xis da questão. O recurso matemático ao ótimo pode muito bem servir para que se desenhem modelos de comportamento, desde que os tipos de racionalidade que intervêm nos passos do aprendizado desse ótimo simplesmente não sejam identificados àquela “racionalidade em vista dos fins”, porque a relação entre meios e fins se altera quando ambos não estão meramente dados. Por isso consiste num mau procedimento lógico tomar a ponderação dos meios e dos fins *dados*, como se ela pudesse definir qualquer tipo de racionalidade, quando, ao contrário, a maneira como meios e fins são reiterados, em vista dos incidentes paulatinamente encontrados, afeta a racionalidade de cada jogo. Além do mais, a remissão ao limite pode fazer surgir uma racionalidade em vista do fim comprometida com o ocultamento daqueles sentidos mobilizados pelo exercício do padrão tomado pelos agentes. Vimos que, do ponto de vista de Marx, nas relações de troca o valor, principalmente quando se dá sob a forma de dinheiro, cria a ilusão de que o trabalho feito para obter esse dinheiro é processado por ele, de sorte que a relação de cada agente com *todos* os outros valores de troca se torna mediada por tais bens enquanto *produtos*. No exemplo de Kreps, mencionado acima, o limite é uma abstração teórica, embora os agentes aprendam a se adequar a ele, e nada indica que possa haver deslocamento de sentido parecido àquela que opera no fetichismo da mercadoria. A reflexão é sempre exterior, ao operar entre elementos relativamente simples. Mas para nossos propósitos importa

sublinhar que essa passagem para o limite, para o ótimo, no momento de construção de um modelo, pode muito bem servir para legitimar um deslocamento de sentido que termina por legitimar uma contradição, vale dizer, uma racionalidade aparente. E convém não esquecer que a mera associação de um bem a um preço às vezes caminha nessa direção. Em poucas palavras, a passagem para o limite é legítima quando formas racionais pelas quais meios e fins intermediários se entrelaçam não são chapadas numa única forma de racionalidade. Mais ainda, quando ela não oculta a pergunta pela racionalidade da produção reiterada de bens, o que coloca em pauta a questão de como se pode racionalizar o metabolismo entre o homem e a natureza. Nesse plano, enquanto a produção for escassa, insuficiente para satisfazer as necessidades do homem, o tempo de trabalho não parece ser o padrão mais racional? Mas então é preciso explicar o sentido dessa insuficiência e o sentido social do próprio trabalho.

A *Crítica da faculdade de julgar* nos ensina a distinguir finalidade *externa*, que tem no trabalho seu paradigma, e finalidade *interna*, quando a parte está em função do todo. Quando se age em vista de um fim *representado*, quando, por exemplo, se esculpe para se oferecer uma estátua aos deuses, é possível escolher como meio o mármore ou o bronze, segundo convenha às circunstâncias. Desse ponto de vista, a análise é sempre regressiva, pois, se for introduzida uma variação dos fins, a variação dos meios só pode ser pensada em vista do objetivo *dado*. Mas a ação em vista do dinheiro, se é levada por uma finalidade *interna*, na medida em que esse dinheiro faz parte de todo o sistema produtivo, também se diferencia dela, pois o dinheiro como tal é *representante* de outros circuitos que não estão dados. Convém, pois, distinguir na finalidade interna a ação feita em vista de um fim *representado* e aquela que visa a um *representante*. O estômago funciona em vista do aparelho digestivo, que, por sua vez, se reporta ao organismo como um todo. Mas quando se age para obter uma representação, como no caso de ganhar dinheiro ou concorrer à Presidência da República, trata-se de uma atividade que culmina na conquista de uma posição estratégica, de onde podem fluir muitas outras ações. E o objeto representante aparece no cruzamento dessas ações. O dinheiro pode ser medida do valor, meio de pagamento, de entesouramento, de *status* social, de símbolo do poder, e assim por diante. Agir por dinheiro consiste em se apropriar de um meio capaz de cristalizar-se em fim em si mesmo, precisamente porque confere àquele que o possui múltiplas possibilidades

de participar de circuitos sociais diferentes, reais ou simbólicos. Mas esses vetores, em situações específicas a serem examinadas, podem vir a ser contraditórios entre si. Nesse caso, o percurso de suas resoluções está marcado por incidentes, cuja integração no próprio percurso, na sua identidade, depende do exercício de deliberação e escolha, cujo âmbito está institucionalmente demarcado. Reconheço aqui vestígios de uma leitura de Talcott Parsons, mas não cabe desenvolvê-la agora. O que importa é perguntar: não empobrece a análise cunhar todas essas formas de sociabilidade sob o jugo de uma ação racional em vista de fins? Não se atribui à razão uma instrumentalidade rígida quando, de fato, estão operando diversas formas de síntese? Escolher objetos não é muito diferente de escolher objetos-signos? Para poder abraçar os caminhos virtuais inscritos neles, não é preciso estar aberto às suas vicissitudes?

3.4. Mercadorias situadas

Para dar continuidade a nossas reflexões convém examinar rapidamente outro exemplo, retirado do livro de Gérard Debreu, *Theory of value, an axiomatic analysis of economic equilibrium* (Nova York, Wiley, 1959). Desde logo salta aos olhos que essa teoria pura do comportamento do consumidor considera um indivíduo ideal comprando bens e serviços por unidade de tempo num mercado, cujos preços ele não pode modificar de modo apreciável. Note-se que em geral se considera negativa a venda de bens e serviços pessoais na qualidade de compra. Debreu define a mercadoria por suas propriedades físicas, a data e o local em que estará disponível, sendo que a esse objeto se associa um número real chamado preço. Esse preço é a quantidade que o indivíduo deve pagar *agora* pela (futura) disponibilidade (*availability*) de uma unidade dessa mercadoria (Debreu, *Theory of value*, 28). Uma cadeira, comprada neste instante na loja ao lado de minha casa, é uma *mercadoria diferente* de outra cadeira do mesmo estilo que posso comprar amanhã em Nova York.

O foco da análise se debruça sobre a ação estratégica do agente econômico, determinada por suas preferências, tomando em conjunto *vários* objetos. Debreu define essa ação como um ponto a num espaço R^l , onde R representa o conjunto dos números reais e *l* o número finito de mercadorias. Esse é o *espaço de mercadorias* (*commodity space*). Para qualquer agente econômico, um plano completo de ação, preparado no presente, mas

incluindo todo o futuro, fica constituído pela especificação de cada mercadoria na quantidade que o agente vai tornar ou que se tornará disponível para ele, isto é, uma lista completa da quantidade de seus *inputs e outputs*. Além de ações do tipo *a*, o espaço de mercadorias é constituído também por pontos representando os preços, sendo que $p = (P_1 \dots P_n)$, isto é, uma *n*-upla listando os preços das mercadorias individuais. O valor da ação *a* em relação ao sistema de preços *p* é o produto interno de *p* e *a* (*Theory*, 32-3).

Essa análise axiomática do equilíbrio econômico tem a vantagem de indicar muito claramente como a ação dos agentes é vista a partir de certos pressupostos que, sendo necessários para o edifício da teoria, levantam uma série de problemas muito interessantes para sua lógica. Note-se, em primeiro lugar, que só depois de definir mercadorias e preços é que são introduzidos os dois agentes principais duma economia, os produtores e os consumidores. Sob esse aspecto, muito próximo de como opera a Economia Política clássica, torna-se possível evitar o psicologismo dos primeiros teóricos da teoria da utilidade marginal, que partiam de preferências e escolhas individuais. Associar um sistema de preços às mercadorias empresta desde logo a essas escolhas caráter intersubjetivo e social. Mas o custo dessa decisão teórica vai ser pago no outro extremo da ação.

Todo agente é caracterizado pelo critério e pelas limitações de sua escolha (*Theory*, 37). Produtor é aquele agente econômico cuja função é escolher e levar a cabo um plano de produção. Este é constituído no presente, mas incluindo integralmente o futuro, conforme se especificam as quantidades de todos os *inputs e outputs* de cada agente, sendo os primeiros representados por números positivos e os segundos por números negativos. Graças a essa convenção, um plano de produção é representado por um ponto de R^1 , do espaço das mercadorias. Um dado plano y_n , é tecnicamente possível ou impossível para um produtor *n*-ésimo. O conjunto *Y* de todos os planos possíveis para esse produtor é o conjunto de sua produção e representa sua oferta. Note-se que um plano de produção é classificado como tecnicamente possível ou impossível para o *n*-ésimo produtor na base de seu conhecimento atual sobre a tecnologia presente e futura. Essa asserção de certeza implica que ele conheça agora qual vai ser a possível combinação de *inputs-outputs* do futuro, embora possa ignorar neste momento os pormenores dos processos técnicos que embasarão essa possibilidade (*Theory*, 38). Essa assunção de *conhecimento completo*, podemos assim dizer, é anterior ao produto interno desse plano de produção

com determinado sistema de preços que configurará o lucro desse *n*-ésimo produtor. De modo semelhante, ao consumidor cumpre escolher um plano de consumo *completo*, o indivíduo sendo caracterizado pelo critério e pelas limitações de sua escolha (*Theory*, 50 ss.).

A extraordinária elegância desse modelo não impede que se indague pelo sentido dessa *completude* transtemporal da ação do produtor e do consumidor. Estes se definem como tipos, cujas dissimetrias na produção e no consumo são abolidas a fim de que a produção e a oferta possam ser globalizadas e assim definir um estado de equilíbrio. Ora, essa operação puramente matemática de totalização pode servir admiravelmente para o cálculo final dos resultados equilibrados de uma economia, mas deixa na sombra as possíveis diferenças no tipo das escolhas efetivas que operam no nível do consumo e no nível da produção. Mas a racionalidade do cálculo do investigador é a racionalidade do agente? Ao seguir as regras, racionais do ponto de vista do analista, que tipo de completude da ação os atores estão de fato pressupondo? Em suma, os fenômenos são tratados num nível de abstração em que a pergunta pelos limites temporais e espaciais do comportamento nem mesmo tem lugar, notadamente quando esse limite assume cunho qualitativo. Mas já no *presente* não é possível conhecer uma combinação de *inputs e outputs* sem que o indivíduo tenha sido treinado a agir de certa maneira para que um critério de correção possa ser aplicado. E nesse treinamento, do ponto de vista de Marx, residem uma referência assimétrica do bem, como mercadoria, ao dinheiro e o reconhecimento de que precisa partilhar a massa de bens obtidos com outros proprietários dos demais meios de produção segundo pressupostos definidos, dentre eles, a obediência a relações contratuais. Uma coisa é definir o metro padrão, outra saber medir com ele; uma coisa é estabelecer uma escala de preferências, outra é escolher segundo essa escala no contexto da economia mercantil, quando o dinheiro se converte em meio capaz de vir a ser fim em si mesmo. A mera formulação ou representação da regra não diz como essa regra vai ser seguida e aplicada; quando isso acontece, hábitos, instituições sociais, formas de vida são mobilizados. Estou assumindo a tese, amplamente elaborada por Wittgenstein, de que seguir uma regra de escolha é uma instituição e, por mais que dependa do exercício racional dessa escolha, sempre possui na retaguarda operações que se tornaram automáticas. No caso das trocas em que o dinheiro passa a ser o intermediário, isso se faz tornando necessário o condicionamento do agente para que ele possa atuar

em vista de um objeto-signo de diversos sistemas simbólicos possíveis, sem precisar escolher qual deles vai seguir no momento. Dessa óptica, percebe-se que modelos como aquele de Krepis ou de Debreu cumprem perfeitamente a tarefa de desenhar um ideal completo de racionalidade, mas para isso precisam ter no horizonte a ideia de que uma ação social se completaria se o agente tivesse conhecimento de uma totalidade fora de seu alcance prático; no caso de Krepis, o conhecimento da situação de todos os bens considerados; no caso de Debreu, o conhecimento dos planos de consumo e de produção completos. Ora, essa completude teórica, cuja identidade é apenas pressuposta e vem atribuída aos agentes, não encobre outros tipos de racionalização que, se descritos, viriam explicar melhor o complexo de finalidades responsáveis por seus comportamentos? A abstração que chega a essa completude não deixa de lado precisamente outras abstrações menos lineares e mais rentes à prática cotidiana, que se cristalizaram nas instituições mais simples do mercado? Não seria de suma importância contrapor à análise científica uma análise genética e regressiva dessas instituições?

Convém notar que é precisamente nessa ideia de completude *teórica* que, já o vimos, Marx situa a raiz da *ilusão necessária* para que o valor se constitua como a medida comum a todos os valores de troca, por conseguinte, como o ponto irracional da racionalidade da troca mercantil. Se os produtores simples de mercadoria representam seus produtos sendo reportados a *todos* os produtos levados para o mercado, *praticamente* isso é feito graças à intermediação do dinheiro, que, na qualidade de equivalente geral, autonomiza a moeda de tal maneira que nem sempre o que é pressuposto é repostado, de sorte que a medida pressuposta do trabalho concreto passa a ser enquadrada na medida do trabalho abstrato. É crucial compreender essa subtração de sentido para que sejam entendidas as ações racionais efetivas dos agentes em causa, que passam a trocar por meio de um parâmetro imaginário que suspende socialmente a operosidade dos trabalhos reais. Desse modo, os agentes não se socializam em vista de suas expectativas racionais, mas submetendo-se a um processo automático de exclusão dos mais improdutivos, que controla a socialização dos produtos de seus respectivos trabalhos. O que é irracional do ponto de vista do contrato originário, feito para conservar a propriedade dos objetos trocáveis e a individualidade dos produtores.

Não se multiplica com grandes números sem que se saiba a tabuada de cor, ao menos sem o auxílio de uma calculadora. O princípio da

completude, porém, nega esse requisito lógico – a tabuada inscrita nos hábitos ou a calculadora disponível –, deixa na sombra o modo como as ações individuais se socializam para serem colocadas como idealmente completas. Parte do pressuposto de que essas atividades já foram praticadas. Se o modelo passa do particular ao universal sem examinar como essa passagem de fato opera no real – ou pelos menos segundo condições mais concretas –, se deixa na sombra o processo de aquisição da regra e do critério, sem dúvida está pronto para servir de anteparo analítico ao qual o pesquisador reporta seus dados, mas isso não justifica impor esse tipo de racionalidade aos passos intermediários que os atores precisam dar até chegar à norma visível. E nada mais obscuro do que apelar para a metáfora da introjeção, como se o indivíduo aprendesse um sistema de regras graças à imagem mental dele. Disso tanto Krepis como Debreu estão conscientes, mas justificam essa *abstração* por ser necessária para a construção do modelo. Até aí nada há a contestar. O que não tem cabimento, porém, é tentar *conceber* a racionalidade do modelo como se ela fosse a racionalidade que *deve* articular o real, como se de fato os agentes econômicos estivessem se movendo tendo no horizonte, como ideias reguladoras, essas totalizações completas, como se o aprendizado do mercado um dia pudesse levá-los a ela. É contra esse princípio da determinação completa do conhecimento e da ação que Hegel se levanta, e Marx herda essa crítica. Para eles são outros os processos de totalização, notadamente porque muitas ações têm seu sentido subvertido pelo modo como os agentes estão sendo socializados. Caso se pretenda entender como a produção e o consumo não só estão mediados pelo dinheiro, mas ainda se determinam historicamente para que esse dinheiro meça toda a riqueza social posta em crescimento contínuo, então é preciso começar investigando o que significa a mercadoria como forma elementar dessa riqueza, elemento simples do real, e também ponto de partida da análise teórica dos sentidos. Pois só assim se compreende o tipo muito especial de racionalidade que demarca a ação dos trocadores de bens, bens a serem produzidos por eles mesmos. Por isso o objeto trocável, a mercadoria, revela desde logo sua face de ser produto, isto é, resultado de uma *atividade* específica. A troca é condição geral desse modo de produção, quer a troca de mercadorias simples, quer a compra e venda da força de trabalho. Não encontro no “mercado de ideias” outra formulação capaz de sublinhar essas diferentes formas de sociabilidade, por conseguinte, de racionalidade, capaz ainda de distinguir a racionalidade dos agentes, movidos pela intenção do lucro, e a racionalidade dos cientistas,

movidos pela intenção do conhecimento. Se estes procuram formular modelos do real, não devem confundir o que pensam com aquilo que pensam os agentes estudados, embora o elo entre os dois níveis esteja dado pelo fato da categoria ser tanto uma forma de pensar do ator como uma forma de pensar do analista.

Se tanto Kreps como Debreu e Marx tratam de procurar um ponto de equilíbrio (autores contemporâneos começam a fazê-lo por meio de curvas de indiferença), esse equilíbrio, levando em conta a intenção de valorizar inscrita nesse jogo de linguagem historicamente determinado, precisa ser constituído de tal maneira que sublinhe seu lado produtivo, vale dizer, a troca equilibrada de produtos do processo de trabalho, ocultando a luta pela socialização do produto. Mas desde logo fica marcada a diferença dos projetos inscritos nas ações dos atores. As teorias que mencionamos procuram construir modelos capazes de explicar o funcionamento de *fenômenos* a fim de prever como se darão no tempo seguinte, ou se contentam em demarcar parâmetros de comportamento em relação aos quais é possível analisar os desvios de conduta. Mas precisam tomar como dadas as instituições requeridas, responsáveis pelo processo de socialização. Na linha da tradição marxista, entretanto, cabe antes de tudo elucidar o sentido de tais instituições a partir daqueles elementos simples que constituem os fatores da produção de um tipo determinado de excedente historicamente determinado, o capital, na qualidade de padrão de conduta, primeiramente da troca especificamente mercantil, em seguida, das relações de dominação pelas quais os trabalhos individuais são socializados. Cumpre assinalar que a análise crítica deixa de ser científica segundo os padrões usuais para transformar-se numa lógica do social: em determinadas condições históricas, que *sentido* possuem conceitos como “mercadoria”, “capital”, “salário”, “lucro”, “renda”, e assim por diante? O analista deve *conhecer* como os atores os tomam na qualidade de formas de pensar e de atuar por elas. Mas, se os agentes operam com as categorias complexas que pautam suas possíveis escolhas, o pesquisador crítico desenha a gênese dessas categorias partindo de elementos simples até chegar aos mais complexos. Tomando, porém, o cuidado de reconhecer, em cada processo racional de formação de equilíbrio, o lado irracional que ele encobre.

Deixou de existir aquela competição entre a economia neoclássica e a economia marxista, se é que de um ponto de vista epistemológico estrito ela de fato existiu. A noção de valor-trabalho tornou-se inútil para o tratamento

científico dos problemas econômicos da atualidade, conforme o sentido que esses fenômenos já possuem. Não se segue daí, entretanto, que deixou de ter sentido uma crítica lógica das próprias teorias econômicas, uma análise da prosa pela qual é exposta e em cujo contexto é praticada. Uma lógica que se resolve na gênese dos objetos-signos mediadores – ligados, por conseguinte por uma gramática – a partir das atividades que requerem para poder existir no sistema. Examinam-se os sentidos que os fenômenos *necessitam* possuir, a fim de cumprir o jogo formal no qual as coisas, como produtos, estão metidas. E assim se avalia o sentido de equidade que essas relações formais prometem ao fazer das trocas relações contratuais, em que cada um se determina pelo que leva para o mercado e retira dele. E não há motivo para assumir desde logo que questões de significabilidade e de racionalidade precisam ser ao menos conformadas previamente antes de se estudar a significação e a racionalidade das atuais relações sociais de produção. O sentido brota do balanço entre o jogo formal e suas condições de existência.

3.5. Contra os frankfurtianos

Não se pode prever se a teoria econômica do futuro recuperará a categoria do valor-trabalho, mas até hoje nada nos indica que isso possa acontecer. A crítica de Marx à Economia Política de seu tempo, entretanto, desperta mais interesse do que mero objeto de museu. Que sentidos podem adquirir aqueles conceitos que servem para armar um discurso verdadeiro sobre a maneira como os seres humanos produzem e distribuem a riqueza social? Da óptica da produção, não é preciso conceitualizar essas atividades levando em conta o metabolismo que os seres humanos mantêm com a natureza e entre si? Para que a palavra *homem* tenha significado unívoco, nos ensinou Aristóteles, é preciso supor que existe algo idêntico, que tanto distinga os seres humanos de outros seres como permita que o conceito homem se articule com outros conceitos correlatos. Mas como será essa identidade pressuposta, se na forma como os homens distribuem o produto de seus respectivos trabalhos se encontra a remissão de cada produto a uma totalidade imaginária de outros produtos, que só se apresentam como objetos trocáveis, independentemente de quem os produziu e como? Noutras palavras, que sentido podem ter os objetos produzidos *exclusivamente* para o mercado? Se a identidade social de cada produto passa a depender de como se efetiva essa remissão de um a todos, cumpre dar sentido a essa totalidade muito peculiar, pois ela se mede depois que as

trocas visadas foram efetuadas numa equação diferente da que se estava pressupondo. Se essa identidade é juízo coletivo cuja verdade está na negação da estabilidade pressuposta, por conseguinte, na dependência dos resultados das ações que a efetuam, ela é então a identidade entre a identidade e a diferença. Nesse juízo prático a remissão a um todo imaginário – o qual, além de existir para os atores, ainda se efetiva reformulando o parâmetro inicial– se oculta para que a totalidade apareça já feita, *como se* fosse um valor *dado*, identidade a que o discurso cotidiano se refere. Além do mais, é preciso ainda estudar, nesse jogo de linguagem *sui generis* pelo qual determinados atores interagem entre si, como se relaciona a oposição entre trabalho morto e trabalho vivo, inerente a qualquer sistema produtivo. Em outras palavras, a produção da riqueza social se faz por meio de formas de sociabilidade que devem ser estudadas caso a caso. O modo capitalista de produção não é apenas um deles, mas aquele em que estamos mergulhados e no qual culmina o desenvolvimento das forças produtivas iniciado com a história da divisão do trabalho. Como recusar essa perspectiva quando se indaga pela racionalidade do processo de produção? Esse não é o desafio que Marx nos lança na cara? Se a teoria econômica contemporânea caminha noutra direção, não é por isso que essa problemática morreu.

Para repensá-la é preciso percorrer o caminho inverso daquele trilhado pelos filósofos da Escola de Frankfurt. Vejamos muito rapidamente para onde eles apontam. Como nos lembra o recente livro de Marcos Nobre, *A ontologia do estado falso*, um dos pilares da crítica de Horkheimer e Adorno depende da tese heterodoxa de Friedrich Pollock, segundo a qual os novos desenvolvimentos do mecanismo de reposição do capital mostraram que o mercado não pode mais funcionar sem a intervenção direta do Estado. Aliás, é de notar que, do ponto de vista histórico, capital e Estado sempre estiveram ligados, separando-se apenas da óptica do desenvolvimento das categorias. No entanto, em vez de perguntar como todas as categorias do modo de produção capitalista passam a ser redefinidas em função desse novo estado como fator interveniente, Pollock simplesmente conclui que, “junto com o mercado autônomo, desaparecem as assim chamadas leis econômicas” (*Stadien*, 73). O novo desafio não mais consiste, portanto, em perguntar pelo colapso do sistema, mas de mostrar que desaparecem os limites para esse capitalismo de estado e sua difusão:

Precavidos como estamos, não podemos descobrir quaisquer forças econômicas inerentes às coisas, quaisquer “leis econômicas” de velho

ou novo estilo, que possam ser obstáculo ao funcionamento do capitalismo de estado (*Stadien*, 91, em Nobre, 17).

É evidente que a noção de lei econômica empregada por Pollock é totalmente diferente daquela proposta por Marx. Não se trata mais de investigar o processo de individuação dos elementos simples do modo de produção capitalista, a categoria de mercadoria ou de trabalho, de mercado ou até mesmo de estado, na qualidade de “formas de pensamento” que o investigador reproduz quando pensa o pensamento prático dos agentes, mas tão-só de procurar novos espaços em que se dá a crise do capital, já que a Economia Política “perdeu seu objeto”. Aceito esse pressuposto, compreende-se por que Horkheimer e Adorno, seguindo as pegadas de Pollock, tratam de desviar o foco de sua crítica para os domínios do espírito e da cultura, transformando o fetichismo da mercadoria, cuja análise econômica foi perdida, mas conservada do ponto de vista cultural, na mais potente arma capaz de analisar a sociedade contemporânea:

A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas suas qualidades econômicas, salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como um parasita sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos (Adorno/Horkheimer, *Dialética do esclarecimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985, 40).

Esse conceito de fetichismo não precisaria, porém, ser inteiramente redefinido, quando perde o sentido *econômico* que Marx lhe atribui? No entanto, basta-lhes o fetichismo em geral, da mercadoria em geral, sem que se faça necessária a análise de como essa categoria é reposta e sobredeterminada na reflexão dos juízos práticos pelos quais a sociabilidade capitalista se conforma. E o pior é que outros escritores da Escola de Frankfurt também se veem desobrigados da crítica do capital, seja do ponto de vista da antiga Economia Política, seja da sua forma específica de sociabilidade, contentando-se com generalidades que legitimam a análise particular apenas porque são gerais.

Parte-se do dado de que há uma repolitização do quadro institucional sem que tenha havido passagem para o socialismo. Ao retomar os fios dessa tradição, Habermas recoloca a questão crítica segundo novo paradigma. Como tudo o que é dito sobre a crise está determinado em vista de adquirir uma validade cognitiva, prática ou expressiva, qualquer explicação fica na dependência de uma teoria da ação comunicativa, pressuposto de qualquer

forma de expressão. E assim ele evita as dificuldades de admitir o capital como contradição existente. Com isso Habermas pretende levar ao limite o desafio proposto por Adorno:

A forma de valorização do capital em termos de economia privada só pôde manter-se graças aos corretivos estatais de uma *política* social e econômica estabilizadora do ciclo econômico. O quadro institucional da sociedade foi repolitizado. Hoje, já não coincide de forma imediata com as relações de produção, portanto, com uma ordem de direito privado que assegura o tráfico econômico, nem com as correspondentes garantias gerais de ordem do estado burguês. Mas, assim, transformou-se a relação do sistema econômico com o sistema de dominação: a política já não é apenas um fenômeno superestrutural. Se a sociedade já não é “autônoma” – e era esta a novidade específica do modo de produção capitalista–, se ela já não se mantém se autorregulando como uma esfera que precede e subjaz ao estado, estado e sociedade já não se encontram na relação que a teoria de Marx definira como uma relação de base e superestrutura. Mas, se é assim, uma teoria crítica da sociedade não pode também ser levada a cabo na forma exclusiva de uma crítica da Economia Política. [*Technik*, 75; trad., 68-9; em Nobre, 27].

Em vez de uma dialética negativa, uma teoria do discurso que sirva de tela a que se reportem as críticas das sociedades. Tanto Adorno como Habermas dispensam o núcleo da crítica marxista, segundo a qual a crítica histórico-prática se processa no nível do metabolismo do homem com a natureza e dos homens entre si, vale dizer, no nível da dialética entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas. Todo meu esforço caminha no sentido de mostrar que a repolitização do capital depende de uma crise interna a essa dialética.

Nas suas grandes linhas nada há a contestar a respeito da nova repolitização do movimento do capital. Mas igualmente nada nos obriga a acompanhar os passos que levaram Adorno a substituir a dialética marxista por uma dialética negativa, na qual o conceito, pensado como nome e matriz de identidade, deve ir além de si mesmo. Muito menos nos enveredar na reconstrução habermasiana dos conceitos marxistas, porque, se o trabalho for uma relação técnica do homem com a natureza, ação tão-só racional em vista de um fim dado – tese que ponho em dúvida logo de início –, a única saída é avaliar a sociabilidade capitalista na base da racionalidade proposta pela ação comunicativa. Por que não retomar a

óptica de Marx, que vê nessa sociabilidade um logos prático, cuja racionalidade já contém um grão de irracionalidade? Por que não dissecar essa forma de racionalidade, operando de fato no *nível* dos principais atores do sistema, em vez de julgá-la a partir do eclipse da razão iluminista ou dos parâmetros etéreos de uma comunicação transparente?

Mas convém lembrar desde já que, para Marx, a autonomia do movimento do capital em relação ao estado é puramente categorial, pois ninguém ignora que, do ponto de vista histórico, o sistema capitalista só se desenvolveu encostado a ele. Ora, a dificuldade não surge então na maneira como o metabolismo entre o homem e a natureza se torna mediado pela política? Além do mais, nunca Marx imaginou que as leis econômicas fossem apenas aquelas que regem os movimentos dos mercados. Não é essa a perspectiva teórica do que chama de “economia vulgar”? E se por certo confere, como Smith e Ricardo, autonomia ao ciclo econômico, convém lembrar que essa autonomia é relativa, e ademais ela se esgarça progressivamente conforme avança o próprio desenvolvimento do conceito de capital, isto é, conforme essa categoria vai sendo repostada graças à exploração da mais-valia relativa ligada ao desenvolvimento tecnológico. Não é à toa que no plano de redação d’ *O capital* o Estado entra como categoria econômica, vale dizer, pertencente ao modo de produção capitalista:

Nesta seção, na qual são considerados valores de troca, dinheiro e preço, as mercadorias aparecem sempre presentes. A simples determinação formal. Sabemos que exprimem determinações da produção social, mas esta mesma é pressuposta. Mas *não são postas* nessa determinação. E assim, de fato, aparece a primeira expressão unicamente como expressão do excedente, que não determina e apreende o todo da produção. É o excesso *presente* de uma produção total, que permanece fora do mundo dos valores de troca. Desse modo, ainda na sociedade desenvolvida ele também comparece na superfície como mundo das mercadorias imediatamente à mão. Por meio dele mesmo, esse [mundo] aponta para fora, para as relações econômicas, que são postas como *relações de produção*. A articulação interna da produção forma assim a segunda seção, o resumo no estado, a terceira, a relação internacional, a quarta, o mercado mundial, o encerramento, onde é posta a totalidade da produção assim como cada um de seus momentos, mas onde ao mesmo tempo todas as contradições são processadas [*G*, 138-9].

Esse texto indica muito claramente a linha do desenvolvimento das categorias econômicas proposta por Marx. O modo de produção simples de mercadoria é a face exterior do círculo reflexionante do capital, penetra nesse círculo pelo lado exterior do excedente econômico, mas então suas categorias são redefinidas no seu circuito reflexionante. Dessa maneira, se num primeiro plano toda sorte de dominação aparece como contrato, na forma mais desenvolvida a contratualidade é apenas aparência de uma dominação a ser fundada na apropriação da mais-valia. Por sua vez o excedente, para dirigir-se ao mercado internacional, necessita da intermediação do estado, que finalmente se integra na totalidade da produção mundial. Somente nesse plano as contradições que animavam as estruturas menos complexas terminam por se expor como tais. A relação de dominação, que no segundo momento possui a aparência do contrato, mas se funda na busca do excedente econômico, não deve então ser redefinida quando o estado passa a ser parte integrante da realização da mais-valia no plano do comércio internacional? Não é a irracionalidade interna dessa razão que há de ser pensada e conhecida? Ora, se o desenvolvimento de novas tecnologias e de novas formas de financiamento do capital redefina o papel econômico do estado, não é ocaso de se perguntar o que significam então essas novas relações de produção? A pergunta continua pertinente, já que o desafio da produção material não desaparece, e com ele toda a problemática do inter-relacionamento dos seres humanos, para darem conta de sua autoprodução diante da natureza.

Reconheço, como os frankfurtianos, o fato da repolitização das relações econômicas, mas não me convence a maneira como perguntam por seu sentido. Se as categorias requeridas para pensar esse fato devem ser, como creio, reformuladas segundo o papel que desempenham no contexto da reposição do capital, se *esse* projeto deve ser levado adiante até que se mostre impotente para compreender novos fatos, não vejo a necessidade de abandonar de vez a problemática do metabolismo entre o homem e a natureza, inclusive dos homens entre si, e lançar mão de outros paradigmas explicativos. Não se perdem assim tanto o caráter muito peculiar do fetichismo do capital, apontado por Marx, como seu caráter histórico propriamente dito? Vimos, no início deste capítulo, ser essencial para o método marxista que os elementos simples referidos pelo discurso crítico somente confirmem sua relativa simplicidade no sistema de sua reposição. Se sua verdade leva em conta os resultados das representações e das

medidas pressupostas, há que se distinguir os traços do sistema que vêm a ser essenciais, porque repostos, e aqueles outros que apenas colaboram para que uma formação social se instale, sem integrar sua reflexão interior. Separando-se com nitidez a história categorial e a história do vir a ser de um modo de produção, convém tomar todo o cuidado para não extrapolar os sentidos determinados no interior do sistema para outras estruturas sociais apenas análogas a ele. É precisamente o que fazem Horkheimer e Adorno.

Vejamos a lógica desse procedimento, pois é precisamente o inverso daquilo que pretendo desenvolver. Para Adorno a identidade é uma estase que, tendo sua matriz no valor de troca opondo-se à variedade do consumo, fixa um conceito e por isso mesmo deixa na sombra a vida que o anima. Daí a necessidade de pensar contra o conceito. Mas pensar é identificar (*Negative Dialektik*, Suhrkamp, 1966, 15), a saber, ossificar. É preciso citar e examinar esta longa passagem no pormenor:

O pensamento como tal, antes de todo conteúdo particular, é negação, resistência contra o que lhe é imposto; isso o pensamento herdou de seu arquétipo [*Urbild*], a relação do trabalho com seu material. Hoje a ideologia incita, sobretudo o pensamento à positividade; assim ela registra espertamente que essa (positividade) é precisamente contrária ao pensamento e assim necessita do conselho amigável da autoridade social a fim de habituar-se à positividade. O esforço implícito no próprio conceito de pensar, como contraparte da intuição passiva, já é negativo, insurreição contra a pretensão de curvar-se diante de qualquer imediato. Já contém em si germes críticos o juízo e a inferência, as formas de pensar indispensáveis para a crítica do pensar; sua determinidade é sempre ao mesmo tempo exclusão do que não é alcançado por ela, e a verdade, que eles querem organizar, nega, mesmo com direito duvidoso, o que não é cunhado por eles. O juízo de que algo é assim exclui potencialmente que a relação entre seu sujeito e seu predicado seja diferente daquela expressa nesse [mesmo] juízo. As formas de pensar [*Denkformen*] pretendem ir além do que está meramente presente, “dado” O cume que o pensar alcança contra seu material não é apenas o controle espiritualizado da natureza. Quando o pensar comete violência contra suas sínteses, desperta um potencial à espera no seu oposto e obedece inconscientemente à ideia de remodelar as peças que ele mesmo compôs; na Filosofia esse sem-consciência vem a ser consciente [*Adorno, Negative Dialektik*, 28-9].

O amálgama entre o pensamento objetivo, vale dizer, os pensamentos em curso numa sociedade dada, e o pensamento formal é completo. Como para o jovem Marx, a lógica é a moeda do espírito, moeda, porém, desprovida de qualquer articulação própria. Tudo advém do conteúdo, da primazia do objeto. Mas como é impossível pensar sem conceitos cabe ao filósofo pensar a contrapelo, garimpando o que a síntese da identidade deixou de sobra. Trata-se de uma filosofia muito aparentada àquela elaborada por Schelling, sem o Absoluto, pois qualquer circunscrição do ente alinha uma síntese entre forma e conteúdo da qual escapa pelas bordas um conteúdo proteiforme. É sintomático que Adorno possa ter sido aproximado dos “pensadores” pós-modernos. Mas, se a razão é ir além do que a própria razão instalada articula, esse discurso infeliz nada mais pode além de incansavelmente tentar enxergar a face oculta da Lua. Não possui outro aparato a não ser a negação do determinado, embora entre o que é cunhado pelo pensamento e o que escapa dele sempre apareça a sombra de um fio condutor, a mimese.

Obviamente Adorno e Horkheimer não podem aceitar aquela diferença, para mim essencial na análise de qualquer estrutura social, entre a história contemporânea – constituída por aquela reflexão das categorias, de formas de pensar, que repõe o próprio pressuposto – e a história do vir a ser de um modo de produção. Marx a explicita quando faz a história do capitalismo e Wittgenstein a trabalha, embora atribuindo-lhe sentido muito mais amplo, quando, num jogo de linguagem, distingue seu modo de representar dos meios de sua apresentação (*Philosophische Untersuchungen*, Suhrkamp, 1960, § 50). Essa diferença permite descrever o desdobramento formal das categorias, uma gramática, enquanto parâmetro dos comportamentos econômicos, que a dialética meramente negativa só pode negar. Sem essa armação que confere determinações específicas aos sentidos, que define o âmbito de seus empregos legítimos, a análise gira em falso porque carece de ponto de apoio e cai numa estética libertina. Que sentido pode ter o “fetichismo das mercadorias” quando as categorias econômicas perderam seu significado crítico? Para aqueles que emprestam uma significação historicamente datada à sociedade civil burguesa, não é estranhável discernir um “elemento esclarecedor burguês” em Homero, elemento que, segundo Adorno e Horkheimer, foi detectado pelos românticos alemães e por Nietzsche, e que transforma Ulisses no primeiro herói da dialética do esclarecimento? O personagem da *Odisseia*

não funciona nem como tipo ideal nem como exemplo para mostrar um sentido, mas serve de contra-argumento para aqueles que tratam de entender o empreendedor moderno antes de tudo como tipo encaestado na trama das categorias do modo de produção capitalista. Em vez de uma História atenta às soluções de descontinuidade do fluxo do tempo, surge uma Filosofia que pretende pensar o avesso de cada nome, de cada juízo, de cada inferência, mas sempre tomando como fio condutor o conteúdo visado. Como se põe, entretanto, esse conteúdo, a não ser pela reflexão do juízo, pela sua práxis? Pensar contra o conceito não abre as portas para toda sorte de analogia, muito próxima da “bricolagem”, característica do pensamento primitivo?

Por certo os próprios juízos deixam restos. E muito amplamente entendo aqui por “juízos” qualquer conjunto de expressões ligadas à bipolaridade do falso e do verdadeiro, do correto e do incorreto. Mas é no interior deles que o novo emerge e cobra sentido. Não duvido que uma cor, por exemplo, só tenha significado se aplico ao real toda a gramática das cores. Mas, se pretendo distinguir o azul-marinho do azul-cobalto na gama dos azuis, é mister quebrar a identidade meramente expressiva do azul e buscar na prática cotidiana a amostra quer do marinho, quer do cobalto, que evidenciem o que pretendo distinguir. Desse modo, o pensamento do novo, se mobiliza velhos pensamentos, vai além deles, sem romper, todavia o leito do que pode e do que não pode ser pensado no horizonte do que está sendo pensado. Admito que pensar é identificar, no sentido muito amplo de conformar uma matriz regulando o dizer do verdadeiro e do falso e, por isso mesmo, supondo uma linguagem capaz de descrevê-la. Mas para quebrar a estase dessa identidade devo chegar até a amostra do que pretendo exprimir, sendo que a relação dessa amostra com a regra a ser instalada é assimétrica, assimetria do mesmo tipo daquela que opera entre o valor de uso e o valor de troca, visto que “valor de uso” e “valor de troca” são tanto conceitos, formas de pensamento, como indicam realidades empíricas pensáveis. Por que fazer do valor de troca um conceito e dos valores de uso o material vivo que escapa a qualquer conceito? Importa a dialética entre a matriz pensante e o incidente; se este escapa dela é porque ela mesma marcou o limite e a estratégia da escapada.